

7º ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA
Sessão Temática: Localização e distribuição regional do desenvolvimento

COREDE Vale do Rio Pardo: uma análise socioeconômica das últimas duas décadas

Guilherme Pons Fiorentin¹
Iuna Lamb Scheffler²
Simone Schwez Kurkowski³

Resumo: As propostas de regionalização do Estado, além de estarem aliadas às metas do desenvolvimento regional, relacionam-se à descentralização política. Este foi um dos objetivos apresentados quando da instituição dos COREDES como modelo de regionalização. A fim de verificar sua efetividade sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios integrantes do Vale do Rio Pardo, optou-se por uma análise de indicadores estatísticos gerais, do IDESE e do IDH-M. Os resultados obtidos permitem afirmar que, apesar do conglomeramento dos municípios nesta região, as disparidades econômicas e sociais entre eles permanecem. Mesmo sendo percebido um movimento de convergência de indicadores, os blocos Saneamento e Domicílios e Educação apresentam os resultados mais preocupantes, sendo indicados pelos autores como merecedores de planejamento público direcionado.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Indicadores Socioeconômicos; Vale do Rio Pardo.

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais, propostas de desenvolvimento regional vêm ganhando espaço na pauta das políticas governamentais. Isto se deve à necessidade recorrente de estratégias de posicionamento competitivo local no cenário econômico nacional e internacional. Sendo assim, a proposição dos núcleos regionais sob a forma de Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), no Rio Grande do Sul, pode ser considerado um modelo de

¹ Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Av. Unisinos, 950, São Leopoldo, 93.022-000, RS. Endereço eletrônico: guilherme.pfiorentin@gmail.com

² Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Av. Unisinos, 950, São Leopoldo, 93.022-000, RS. Endereço eletrônico: iuna.ls@hotmail.com

³ Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Av. Unisinos, 950, São Leopoldo, 93.022-000, RS. Endereço eletrônico: sischwez@gmail.com

regionalização bem-sucedido, pois, apesar das disparidades ainda presentes, é perceptível a evolução econômica e social destas regiões desde sua criação.

Os COREDEs surgiram com o intuito de se caracterizarem como um modelo endógeno de regionalização. São definidos como um espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas, em nível regional, através da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões (COREDES, 2010). A sua criação destacou-se, em nível nacional, como uma estratégia pioneira de desenvolvimento regional. De um modo geral, este modelo de regionalização distingue-se por propiciar o levantamento de demandas locais e possibilitar seu consequente atendimento.

A partir da tomada de decisões em torno de uma região, da identificação de demandas locais, voltadas ao desenvolvimento regional, estes núcleos propõem uma descentralização do planejamento. Ao longo do processo de criação destes núcleos regionais, os atores sociais, como lideranças locais e universidades, tiveram papéis relevantes, pois a partir das ações destes agentes, estas regiões vieram a se caracterizar em regiões mais ou menos desenvolvidas.

O *boom* de emancipações ocorrido no período 1950-2000 trouxe à tona o aparecimento das demandas locais. Somente após a Constituição de 1988 e a regularização da legislação relativa aos processos de emancipações, este movimento estagnou. Mesmo que o governo federal canalizasse recursos aos municípios, o Estado precisava voltar suas decisões às diversas regiões do estado, pois estas, além de serem muito díspares, tinham atividades econômicas somente oriundas do processo de colonização. Para o atendimento a estas demandas locais e na tentativa de reduzir a fragmentação das atividades político-administrativas, o Estado passou a distribuir os municípios em regiões, a fim de que a ação do governo estadual fosse mais efetiva no atendimento às demandas locais e setoriais.

Atualmente, o estado do Rio Grande do Sul divide-se em 28 COREDEs. Um deles é o COREDE Vale do Rio Pardo, objeto de estudo deste artigo, do qual fazem parte 23 municípios. A região está localizada na encosta do planalto meridional rio-grandense e tem como atividade econômica predominante a produção e o beneficiamento do fumo em folha por corporações multinacionais. A evidência de sua importância em nível estadual está presente na análise das exportações estaduais. Em 2010, o COREDE exportou o equivalente a 11,4% das exportações totais do Rio Grande do Sul. Além disso, foi responsável por 3,98% do Valor Agregado Bruto (VAB) do estado (FEE, 2011).

Sendo assim, configura-se como objetivo deste estudo a análise do processo de desenvolvimento socioeconômico dos municípios que integram o COREDE Vale do Rio Pardo, no período 1991-2010, nas áreas de renda, educação, saúde e saneamento e domicílio, além da proposição de estratégias para seu desenvolvimento.

Para tal são utilizados dados econômicos, extraídos da base de dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS). Quanto às informações socioeconômicas, foram analisados dados relativos ao Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul (IDESE), publicados pela FEE-RS, além dos resultados do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M), indicador divulgado a cada dez anos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Além da introdução, o artigo está subdividido em cinco seções. Na segunda seção são abordados os papéis da descentralização política e do desenvolvimento regional como meio de promoção do desenvolvimento socioeconômico. Posteriormente, na terceira seção são apresentados trabalhos cujo objeto de estudo tenha sido o COREDE Vale do Rio Pardo, apontando resultados obtidos pelos autores. Na quarta seção é apresentada a metodologia utilizada neste artigo e a análise dos dados obtidos. O artigo finaliza com as considerações finais, onde são apresentadas propostas dos autores perante os resultados verificados.

2 DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Em 1998, o governo do Rio Grande do Sul estabeleceu a Política Estadual de Desenvolvimento Regional, tendo como principal instrumento a Consulta Popular realizada a partir dos COREDEs. A criação dos COREDEs ocorreu no início de 1991, porém, sua instituição legal se deu pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, sendo uma proposta de aproximação entre o governo e as instituições regionais. Em conformidade com a lei de criação, os COREDEs possuem sete objetivos:

1. Formular e executar estratégias regionais, consolidando-as em planos estratégicos de desenvolvimento regional;
2. Avançar a participação social e cidadã, combinando múltiplas formas de democracia direta com representação pública;
3. Constituir-se em instância de regionalização das estratégias e das ações do Executivo, Legislativo e Judiciário do Rio Grande do Sul, conforme estabelece a Constituição do Estado;
4. Avançar na construção de espaços públicos de controle social dos mercados e dos mais diversos aparelhos do Estado;

5. Conquistar e estimular a crescente participação social e cidadã na definição dos rumos do processo de desenvolvimento gaúcho;
6. Intensificar o processo de construção de uma organização social pró-desenvolvimento regional;
7. Difundir a filosofia e a prática cooperativa de se pensar e fazer o desenvolvimento regional em parceria. (COREDES, 2010)

A iniciativa da criação dos núcleos regionais estava inserida no contexto da Constituição Federal de 1988 e da Constituição Estadual de 1989 que, segundo Siedenberg (2010), configurou um conjunto de ações e estratégias que relativizou o modelo de desenvolvimento regional vigente até aquele momento no país, que era caracterizado pela centralização do planejamento e das decisões em nível estadual, enfatizando uma maior participação da sociedade na definição das políticas de desenvolvimento no Rio Grande do Sul. Esta proposta evoluiu e atualmente o Estado é subdividido em 28 COREDES, agrupados em 9 regiões funcionais, propostas pela Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado, no ano de 2006.

Pode-se afirmar que a criação dos Conselhos foi um estreitamento da relação entre a comunidade e o setor público, visando desenvolver ações ligadas ao desenvolvimento regional com o intuito de minimizar as disparidades regionais. Além disso, foi também uma forma de estímulo à democratização e participação popular.

O fomento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das regiões é um desafio constante e crescente, que exige, cada vez mais, a participação de lideranças que busquem a promoção de uma interação social com as políticas públicas. Este tipo de desenvolvimento está no planejamento dos gestores públicos tanto em nível estadual, quanto nacional. Sendo assim, é evidente a importância dos atores regionais em todo este processo.

As políticas de desenvolvimento regional encontram-se apoiadas nos atores regionais. Sendo assim, faz-se necessário conhecer as características socioeconômicas de cada região, para que a sociedade como um todo tenha oportunidades de crescimento, pois segundo Cargnin (2011) o êxito das políticas de desenvolvimento está atrelado ao envolvimento dos atores regionais na construção de projetos regionais, sendo os resultados perceptíveis somente no longo prazo. Cargnin (2011) afirma ainda que, através da formulação de políticas, tem-se buscado diminuir as disparidades socioeconômicas, com o intuito de contribuir para um desenvolvimento regional mais equitativo.

Atingir este objetivo não é uma tarefa fácil, visto que as desigualdades regionais são uma dimensão do desenvolvimento, que se regulado pelo mercado, promove a competitividade entre os territórios, sempre em condições mais favoráveis às áreas que conseguem se inserir na estratégia de expansão das empresas. Com isso, mesmo

que as regiões menos desenvolvidas melhorem seus indicadores, a distância que as separa das mais dinâmicas tende a se manter ou a se aprofundar (CARGNIN, 2010, p.28)

Com isso, a participação desses atores regionais, como os Conselhos, na formulação de estratégias torna-se cada vez mais importante, pois, para Bandeira (2003), o papel dos COREDEs é analisar cada região para apontar as necessidades das mesmas, a fim de desenvolver um trabalho voltado para o desenvolvimento regional.

Sendo assim, falar em políticas de desenvolvimento público no Rio Grande do Sul, sem citar os COREDEs, seria esquecer uma proposta de descentralização política de destaque em nível nacional, além de desconsiderar a participação cidadã propiciada pela criação destes núcleos regionais.

3 COREDE VALE DO RIO PARDO: FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA

A compreensão da formação histórica de uma região é relevante para auxiliar na determinação das origens das desigualdades socioeconômicas de uma localidade específica ou de um país. Nesse sentido, no primeiro momento, realiza-se uma breve revisão do processo histórico da formação econômica e social da região do Vale do Rio Pardo. Após, é feita uma análise do crescimento e desenvolvimento regional e, por fim, relatam-se experiências do COREDE com o planejamento estratégico.

Segundo Silveira (2008), os primeiros habitantes da região do Vale do Rio Pardo foram índios Umbu. Durante milhares de anos, diversos grupos indígenas povoaram essa região. Entretanto, destaca-se a importância dos Guaranis, devido à introdução e desenvolvimento da agricultura por esse povo. A prática rudimentar coivara, caracterizada pela derrubada da mata nativa e queima da vegetação, e a produção de feijão, milho, amendoim, mandioca, abóbora, algodão e fumo foram características dos Guaranis.

Silveira (2008) destaca as disputas entre Espanha e Portugal, guiadas pelas práticas mercantilistas, como fatores que influenciaram a formação econômica e as características do povoamento da região Sul do Brasil e do Vale do Rio Pardo. Os primeiros europeus a se instalarem no Vale foram os jesuítas espanhóis, que introduziram a criação de gado na atividade econômica. Contudo, as reduções jesuíticas não perduraram por muito tempo e, o estado do Rio Grande do Sul passou para o controle da Coroa portuguesa. A tática de

povoamento portuguesa ocorreu através de instalações de núcleos militares e concessão de sesmarias. Além disso, a criação de gado, também, se constituiu de uma tática de ocupação de território bastante difundida com a criação de estâncias e locais de apresamento de gado, principalmente na região do Vale do Rio Pardo.

Nesse sentido, Vogt (2001 *apud* BASSAN, 2002) afirma que em 1787 a região destacava-se como a maior produtora de gado do RS. A presença de comerciantes no Rio Pardo, como destaca Bassan (2002), foi de grande importância para o desenvolvimento regional, pois além de ser um núcleo militar, Rio Pardo se destacava pela agricultura, pecuária e atividade mercantil, favorecendo que o local se tornasse um importante entreposto comercial. De fato, em 1809, Rio Pardo foi oficialmente elevado à categoria de município, sendo um dos quatro primeiros municípios do Estado.

A partir do desenvolvimento do município de Rio Pardo, outras colônias foram fundadas, como Santa Cruz, em 1849, com a chegada de imigrantes alemães. As atividades dos imigrantes eram destinadas a policultura, o que a diferenciava de Rio Pardo, que tinha como principal atividade econômica a pecuária. Os agricultores alemães de Santa Cruz se especializaram na produção de fumo, de modo a ganhar competitividade no mercado interno e, para Bassan (2002), outro fator determinante para a especialização do cultivo do fumo era o fato de que o município não estava próximo de um rio navegável, e, por isso, os agricultores optaram por um produto de fácil transporte cujos rendimentos eram maiores que de outros cultivos já existentes na região.

A inserção das colônias do Vale do Rio Pardo no mercado capitalista se deu na metade do século XIX, à medida que os negócios ligados à produção e comercialização de café se expandiam e as primeiras indústrias e manufaturas eram instaladas em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Desse modo, esses três Estados demandavam alimentos em quantidades crescentes e matérias primas das colônias gaúchas, ao passo que, as colônias eram abastecidas por produtos industrializados comercializados em outros estados (SILVEIRA, 2010).

As discussões acerca do crescimento e desenvolvimento econômico são citadas por diversos autores. Para Souza (1999 *apud* BASSAN, 2002) há três correntes de pensamento acerca de crescimento e desenvolvimento. A primeira acredita que crescimento e desenvolvimento são similares. A segunda linha de pensamento vê o crescimento da economia como fator indispensável para o desenvolvimento, porém insuficiente. A terceira corrente qualifica o crescimento econômico como aumento quantitativo do produto e trata o desenvolvimento como a melhora nas condições de vida dos cidadãos, nas instituições e nas

estruturas produtivas. Nessa linha Bassan (2002, p. 38) infere que é “a partir do desenvolvimento econômico que ocorre o fortalecimento da economia nacional, ampliação da economia de mercado e aumento de produtividade”.

Por sua vez, Vivan (2010) trabalha com dois conceitos distintos de crescimento: o crescimento equilibrado e o crescimento desequilibrado. O crescimento equilibrado tem como proposta realizar investimentos em diversas áreas ao mesmo tempo para que, além do crescimento da indústria, haja o fortalecimento do mercado consumidor para absorver a produção industrial. Esse tipo de crescimento requer um aporte relativamente grande de capital para que ele seja posto em prática. Desse modo, Nurske (1953 *apud* VIVAN, 2010) afirma que o problema principal de uma região atrasada é o nível de renda baixo e, que por isso, a demanda seria fraca juntamente com os investimentos. O crescimento equilibrado prega um investimento homogêneo na economia. Já o crescimento desequilibrado é baseado no crescimento com foco em algumas áreas específicas, criando desigualdades entre regiões, na medida em que apenas algumas áreas são beneficiadas. Para Perroux (1997 *apud* VIVAN 2010) os pólos de crescimento (compostos por indústrias motrizes) são peças fundamentais para o desencadeamento do crescimento, pois quando o investimento é feito em uma indústria motriz, o efeito é multiplicado e espalhado para possibilitar o crescimento de outras indústrias e, somente, depois as desigualdades seriam compensadas.

Com base no seu estudo sobre as desigualdades socioeconômicas do Vale do Rio Pardo, Bassan (2002) conclui que há quatro fatores que justificam as diferenças entre os indicadores de renda e sociais. Em primeiro lugar, o processo de ocupação da região, a partir do município de Rio Pardo e os processos migratórios implicam em diferenças no desenvolvimento de município para município. Em segundo lugar, a elevada concentração de renda em poucos municípios, notadamente em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, é um fator que colabora para que as desigualdades socioeconômicas estejam presentes. Em terceiro lugar, de acordo com as teorias de crescimento (crescimento desigual) é necessário haver um pólo de crescimento regional que irradiará para outras indústrias efeitos positivos, atraindo mais investimentos e aumentando o emprego e renda. Contudo, observa-se que esse cenário está presente no Vale do Rio Pardo, especialmente no município de Santa Cruz do Sul, onde a indústria fumageira junto às indústrias do ramo metalúrgico, eletrônico e do beneficiamento da erva mate constituem o único pólo industrial da região, sendo que não se verifica um aumento dos investimentos que visem à diversificação da malha industrial na região. Apesar da concentração em poucas indústrias, o município de Santa Cruz está crescendo, o que vai de encontro à teoria do crescimento. Outro aspecto negativo é que a

concentração da atividade econômica em poucos setores “está sujeito às inconstâncias do mercado e isto pode vir a prejudicar tanto a arrecadação municipal quanto a renda da população” (BASSAN, 2002, p. 114). O quarto e último fator que promove a desigualdade na região é a especialização na cultura do fumo. A autora ressalta quanto aos perigos de uma economia estar fortemente dependente de apenas uma atividade econômica, pois, ante um momento de instabilidade econômica do mercado não restarão atividades alternativas. Além disso, a autora atenta para a influência que a indústria fumageira exerce nas relações dos agentes econômicos.

A partir da análise dos indicadores socioeconômicos da Vale do Rio Pardo no período de 1990 a 2000, Bassan (2002) observou a existência de três grupos de municípios que podem ser divididos da seguinte maneira:

1. Municípios com alta renda per capita, industrializados e com indicadores sociais satisfatórios, caso de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires;
2. Municípios agrícolas com renda per capita baixa e indicadores sociais também satisfatórios, como Rio Pardo;
3. Municípios agrícolas com renda per capita muito baixa e com alguns indicadores sociais ruins, a exemplo de Segredo.

Para Bassan (2002, p. 116) “É necessário lembrar que os indicadores sociais analisados não representam desigualdades acentuadas na relação entre municípios de renda per capita baixa e os municípios que detêm os maiores PIB’s da região”. Assim, constatou-se que a desigualdade econômica, expressa pelo PIB per capita, não parece ter como consequência indicadores sociais piores que os dos municípios com maior renda da região.

Em um contexto de busca pelo desenvolvimento regional, a importância do planejamento participativo se intensifica cada vez mais. Assim, Silveira e Campos (2012) afirmam a importância da participação de indivíduos, segmentos ou grupos sociais no planejamento participativo regional. Silveira e Campos (2012) apontam ainda para as experiências do Vale do Rio Pardo com o planejamento regional, desde o início dos anos 90, com destaque para a atuação do COREDE do Vale do Rio Pardo. Esse COREDE foi estabelecido em 1991, e se caracteriza como uma entidade sem fins lucrativos que participa na definição das estratégias de desenvolvimento regional.

Na parceria entre o COREDE do Vale do Rio Pardo e a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) destacam-se três experiências:

1. O I PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO (1997-1998):

O primeiro Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional teve como articulador o COREDE do Vale do Rio Pardo. As discussões decorreram acerca de questões como rápido crescimento urbano e as novas demandas sociais. Foram elaboradas propostas em diversas áreas com a finalidade de ampliar a competitividade da região para que um padrão de desempenho econômico fosse garantido e, portanto, a qualidade de vida da população do Vale do Rio Pardo se elevasse.

2. DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA CONSTRUÇÃO DA AGENDA 21 REGIONAL (2002):

A elaboração da Agenda 21 regional, partiu da necessidade de atualizar o Plano Estratégico de Desenvolvimento de 1998 (SILVEIRA; CAMPOS, 2012). Além disso, buscou se adequar aos interesses da Agenda 21 nacional. Para a região do Vale, uma reflexão sobre a dimensão ambiental do desenvolvimento foi estimulada, em conjunto com uma discussão sobre a participação democrática da sociedade.

3. O II PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO (2009-2010):

A elaboração do II Plano Estratégico de Desenvolvimento teve contribuições metodológicas de dois grupos distintos. A primeira contribuição partiu do Curso de Gestão Estratégica em Desenvolvimento Regional. A segunda proposta veio do Fórum dos COREDES, patrocinado pelo Governo gaúcho.

Houve mudanças na preocupação sobre o acompanhamento da implantação dos projetos e na socialização dos resultados obtidos. No âmbito do Vale do Rio Pardo, tal atividade teve como finalidade a definição de projetos estratégicos para a região, de acordo com as prioridades indicadas pelos representantes da comunidade. Além disso, foi definida uma proposta de monitoramento do Plano Estratégico do COREDE Vale do Rio Pardo com a criação de um Sistema de Gestão e Monitoramento do Planejamento Estratégico. Esse sistema deve ser gerido por um conselho com representatividade regional e regulamentação própria e, entre seus objetivos estão o monitoramento das ações e os projetos previstos no plano, avaliação dos resultados alcançados e promover a atualização do plano estratégico a cada quatro anos (SILVEIRA; CAMPOS, 2012).

A importância histórica do município de Rio Pardo para o desenvolvimento da região decorreu do seu papel como entreposto comercial e função militar. A partir desse município, outros núcleos populacionais foram se estabelecendo, favorecidos pelos movimentos

migratórios, em especial dos imigrantes alemães. Para Bassan (2002), os municípios integrantes do COREDE do Vale do Rio Pardo apresentam grandes desigualdades nos indicadores econômicos, com grande concentração de renda nos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz. Entretanto, as desigualdades econômicas não refletem, na mesma proporção, as desigualdades sociais entre os municípios. Por fim, Silveira e Campos (2012) afirmam a importância do planejamento regional, com a participação mais ativa da comunidade como um todo, e apontam as experiências pelas quais passou o COREDE do Vale do Rio Pardo desde a década de noventa.

4 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO VALE DO RIO PARDO

4.1 METODOLOGIA

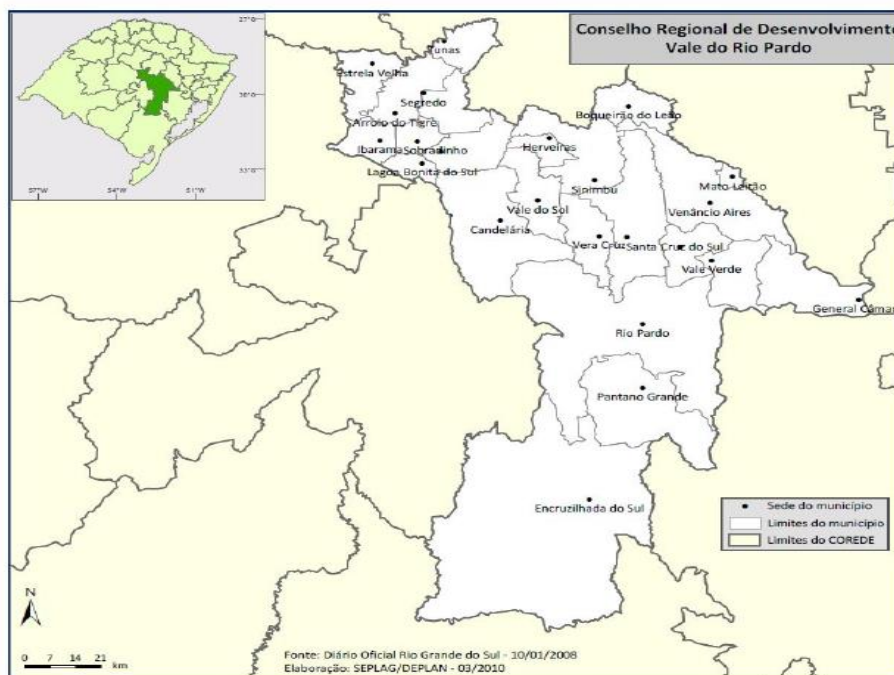
Para a análise socioeconômica proposta neste artigo, foram utilizados dados referentes aos anos 1991, 2009, 2010, 2011 e 2012. O recorte geográfico utilizado para atender ao objetivo proposto foi o COREDE Vale do Rio Pardo, além dos 23 municípios que o compõe: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

Inicialmente, é apresentado um resumo estatístico dos municípios, seguido pelos comparativos do IDESE⁴ (1991/2009) e IDH-M⁵ (1991/2010). Os dados utilizados no resumo estatístico e os referentes ao IDESE foram extraídos da base FEEDados, disponibilizada pela FEE-RS. As informações relativas ao IDH-M e seus blocos foram divulgadas pelo PNUD.

⁴ IDESE: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico, tem o propósito de mensurar o nível do desenvolvimento dos municípios do RS. São contemplados quatro blocos: Renda, Educação, Saúde, Saneamento e Domicílios. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>

⁵ IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Contempla três dimensões: Renda, Saúde e Educação. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>

Mapa 1: Municípios Integrantes do Vale do Rio Pardo



Fonte: SEPLAG/DEPLAN

4.2 ANÁLISE DE DADOS

Analisando a Tabela 1, de resumos estatísticos dos municípios que integram o COREDE do Vale do Rio Pardo, o município de Mato Leitão destaca-se por seus resultados nas variáveis taxa de analfabetismo (3,80%), expectativa de vida ao nascer (74,75 anos) e por seu PIB *per capita* (R\$ 29.544), esse último acima da média do COREDE e da média estadual. Em contrapartida, destaca-se negativamente pelo elevado coeficiente de mortalidade infantil (28,57), um dos maiores dentre os municípios analisados, correspondendo a três vezes do número médio do COREDE e pouco mais de duas vezes a média do estado. Além de Mato Leitão, o município de Vale Verde também se apresenta como um destaque negativo para o coeficiente de mortalidade infantil (31,25). Os municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires destacam-se por serem os dois municípios mais populosos do COREDE, além de registrarem, respectivamente, o primeiro e segundo maior PIB *per capita* do Vale do Rio Pardo e taxas de analfabetismo, relativamente baixas.

Tabela 1: Resumo Estatístico dos Municípios Integrantes do COREDE Vale do Rio Pardo

Municípios	População Total em habitantes (2012)	Área em km ² (2011)	Densidade Demográfica em hab./km ² (2011)	Taxa de Analfabetismo em % (2010)	Expectativa de Vida ao Nascer em anos (2000)	Coefficiente de Mortalidade Infantil por mil nascidos vivos (2010)	PIB <i>per capita</i> , R\$/pessoa/ano (2011)
Arroio do Tigre	12.743	318,5	39,9	7,05	72,35	6,49	15.706
Boqueirão do Leão	7.691	265,5	28,9	10,77	71,90	28,30	13.644
Candelária	30.260	43,7	32,0	9,50	71,71	2,97	13.500
Encruzilhada do Sul	24.702	3.438,5	7,2	10,81	70,22	3,60	11.093
Estrela Velha	3.613	281,7	12,9	8,94	71,52	0,00	22.847
General Câmara	8.468	494,0	17,1	9,55	72,74	0,00	12.006
Herveiras	2.976	118,3	25,0	10,17	74,75	0,00	14.503
Ibarama	4.384	193,1	22,7	6,85	69,78	34,48	14.257
Lagoa Bonita do Sul	2.685	108,5	24,6	10,66	ND	35,71	14.903
Mato Leitão	3.964	45,9	84,9	3,80	74,75	28,57	29.544
Pantano Grande	9.738	847,6	11,6	10,55	68,61	0,00	18.822
Passa Sete	5.176	304,8	17,0	12,84	71,71	0,00	13.589
Passo do Sobrado	6.081	265,1	22,8	5,92	72,19	16,13	18.515
Rio Pardo	37.552	2.050,5	18,3	8,27	68,61	19,83	14.678
Santa Cruz do Sul	119.901	733,5	162,3	3,37	69,68	3,46	41.474
Segredo	7.104	247,5	28,8	9,81	69,78	0,00	12.338
Sinimbu	10.076	510,1	19,7	8,01	72,35	0,00	13.384
Sobradinho	14.334	130,4	109,9	6,62	68,51	12,74	14.302
Tunas	4.408	218,0	20,2	12,42	73,01	0,00	12.999
Vale do Sol	11.209	328,2	33,8	6,23	72,35	0,00	17.984
Vale Verde	3.324	329,4	9,9	10,40	71,92	31,25	14.709
Venâncio Aires	66.225	773,2	85,7	4,60	72,35	16,26	29.996
Vera Cruz	24.325	309,6	77,9	4,72	72,35	7,55	19.376
COREDE	420.939	13.255,7	31,7	6,35	70,58	8,57	24.973
Estado	10.788.181	281.748,5	38,1	4,53	72,05	11,20	26.563

Fonte: FEEDados (2014).

No que se refere ao IDESE (Tabela 2), a análise dos dados permite afirmar que: o COREDE Vale do Rio Pardo registrou, no período 1991/2009, crescimento de 5,3% no indicador Geral, 15,4% no bloco Renda, 3,9% no bloco Educação, - 0,9% no bloco Saúde e 3,6% no bloco Saneamento e Domicílios. Assim como no Estado e na média do COREDE, a maioria dos municípios alcançou o alto desenvolvimento nos blocos Saúde e Educação, ou seja, índices maiores ou iguais a 0,800. Em 2009, no bloco Educação, destaque para o município de Pantano Grande, com o índice 0,882; enquanto no bloco Saúde obteve o maior índice o município de Vera Cruz (0,881). O pior desempenho se deu no bloco Saneamento e Domicílios, bloco em que a média do COREDE está muito abaixo da média estadual, devendo-se este resultado, principalmente, ao péssimo índice alcançado por alguns municípios do COREDE, como Lagoa Bonita do Sul (0,054 em 2009) e Mato Leitão (0,060 em 2009).

Tabela 2: IDESE dos Municípios Integrantes do COREDE Vale do Rio Pardo - 1991/2009

Municípios	Geral (1991)	Geral (2009)	Renda (1991)	Renda (2009)	Educação (1991)	Educação (2009)	Saúde (1991)	Saúde (2009)	Saneamento e Domicílios (1991)	Saneamento e Domicílios (2009)
Arroio do Tigre	0.577	0.662	0.623	0.736	0.730	0.829	0.827	0,814	0.127	0.269
Boqueirão do Leão	0.536	0.620	0.487	0.606	0.695	0.831	0.839	0.861	0.122	0.182
Candelária	0.591	0.683	0.614	0.737	0.705	0.812	0.826	0.855	0.219	0.329
Encruzilhada do Sul	0.585	0.657	0.559	0.621	0.695	0.822	0.798	0.820	0.286	0.365
Estrela Velha**	0.581	0.635	0.660	0.832	0.760	0.798	0.852	0.849	0.051	0.062
General Câmara	0.571	0.688	0.476	0.617	0.714	0.874	0.821	0.845	0.273	0.418
Herveiras**	0.554	0.594	0.433	0,557	0.751	0.779	0.870	0.867	0.161	0.174
Ibarama	0.514	0.581	0.499	0.581	0.723	0.824	0.799	0.840	0.037	0.081
Lagoa Bonita do Sul***	0.514	0.588	0.366	0.608	0.794	0.857	0.844	0.832	0.051	0.054
Mato Leitão**	0.594	0.636	0.623	0.762	0.826	0.854	0.870	0.867	0.058	0.060
Pantano Grande	0.635	0.737	0.659	0.722	0.705	0.882	0.834	0.805	0.343	0.539
Passa Sete**	0.545	0.587	0.462	0.606	0.769	0.793	0.853	0.850	0.094	0.100
Passo do Sobrado**	0.598	0.631	0.518	0.665	0.821	0.828	0.854	0.825	0.200	0.206
Rio Pardo	0.618	0.681	0.607	0.667	0.736	0.818	0.840	0.817	0.288	0.422
Santa Cruz do Sul	0.689	0.778	0.784	0.863	0.764	0.880	0.816	0.844	0.390	0.526
Segredo	0.516	0.595	0.522	0.560	0.693	0.810	0.813	0.840	0.036	0.172
Sinimbu**	0.603	0.636	0.585	0.697	0.783	0.816	0.877	0.854	0.166	0.177
Sobradinho	0.588	0.722	0.610	0.735	0.723	0.869	0.742	0.797	0.278	0.487
Tunas	0.515	0.653	0.442	0.673	0.652	0.810	0.855	0.846	0.110	0.284
Vale do Sol**	0.595	0.616	0.498	0.599	0.788	0.780	0.868	0.854	0.224	0.233
Vale Verde**	0.554	0.594	0.493	0.612	0.792	0.850	0.867	0.840	0.066	0.072
Venâncio Aires	0.644	0.718	0.672	0.811	0.761	0.842	0.819	0.842	0.325	0.376
Vera Cruz	0.648	0.761	0.626	0.770	0.757	0.851	0.854	0.881	0.355	0.541
COREDE*	0.679	0.715	0.676	0.780	0.813	0.845	0.844	0.836	0.384	0.398
Estado	0.688	0.776	0.708	0.813	0.765	0.870	0.821	0.850	0.457	0.569

*O município não possui dados relativos ao ano de 1991, sendo utilizada, para a análise, a primeira divulgação subsequente.

Fonte: FEEDados (2014).

Através do estudo do IDH-M para este COREDE (Tabela 3) é possível afirmar que ao longo dos 20 anos (1991/2010): a renda média cresceu 22,03%; o índice da dimensão Educação aumentou 186,39%, quase triplicando no período; os dados sobre Longevidade apontaram crescimento de 17,33%; e de um modo geral o COREDE obteve um avanço de 62,35%. O destaque entre os municípios fica para o índice de Longevidade. Quase todos os municípios apresentam alto desenvolvimento e o menor resultado foi o de Passa Sete, com IDH-M-Longevidade de 0,782, considerado médio alto. Além disso, apesar do médio baixo desenvolvimento, o índice IDH-M-Educação foi o que mais avançou, passando de uma média de 0,1911 para 0,5473. O município com o maior IDH-M é Santa Cruz do Sul (0,773) devido a altos índices de IDH-M-Renda e de IDH-M-Educação. Por outro lado, Herveiras ocupa o último lugar (0,616), com o IDH-M-Educação muito abaixo da média geral do COREDE.

Tabela 3: IDH-M dos Municípios Integrantes do COREDE Vale do Rio Pardo - 1991/2010

Municípios	Geral (1991)	Geral (2010)	Renda (1991)	Renda (2010)	Educação (1991)	Educação (2010)	Longevidade (1991)	Longevidade (2010)
Arroio do Tigre	0.433	0.707	0.551	0.708	0.213	0.589	0.692	0.848
Boqueirão do Leão	0.452	0.700	0.608	0.725	0.212	0.562	0.717	0.843
Candelária	0.428	0.674	0.571	0.699	0.196	0.521	0.700	0.842
Encruzilhada do Sul	0.431	0.657	0.578	0.677	0.199	0.478	0.694	0.875
Estrela Velha	0.374	0.679	0.489	0.707	0.152	0.560	0.705	0.792
General Câmara	0.471	0.686	0.585	0.704	0.249	0.552	0.717	0.832
Herveiras	0.299	0.616	0.520	0.670	0.073	0.441	0.705	0.792
Ibarama	0.369	0.652	0.578	0.686	0.134	0.511	0.647	0.792
Lagoa Bonita do Sul	0.339	0.670	0.528	0.696	0.105	0.539	0.705	0.801
Mato Leitão	0.472	0.746	0.612	0.721	0.238	0.676	0.721	0.853
Pantano Grande	0.444	0.661	0.581	0.676	0.216	0.524	0.696	0.816
Passa Sete	0.300	0.622	0.494	0.639	0.080	0.482	0.681	0.782
Passo do Sobrado	0.483	0.698	0.673	0.726	0.226	0.551	0.739	0.851
Rio Pardo	0.482	0.693	0.602	0.702	0.268	0.560	0.696	0.846
Santa Cruz do Sul	0.561	0.773	0.681	0.782	0.353	0.693	0.733	0.852
Segredo	0.394	0.659	0.517	0.673	0.176	0.525	0.672	0.811
Sinimbu	0.374	0.631	0.553	0.697	0.134	0.456	0.705	0.792
Sobradinho	0.538	0.743	0.623	0.735	0.361	0.647	0.692	0.861
Tunas	0.319	0.657	0.479	0.659	0.102	0.541	0.667	0.794
Vale do Sol	0.335	0.624	0.555	0.681	0.094	0.439	0.719	0.813
Vale Verde	0.403	0.646	0.613	0.666	0.151	0.497	0.705	0.816
Venâncio Aires	0.477	0.712	0.603	0.736	0.245	0.600	0.734	0.818
Vera Cruz	0.456	0.737	0.600	0.738	0.219	0.643	0.721	0.842
COREDE	0.4189	0.6801	0.5737	0.7001	0.1911	0.5473	0.7027	0.8245

Fonte: PNUD (2014).

Quanto à análise dos municípios do COREDE, percebe-se que:

1. Arroio do Tigre: o rendimento *per capita* do município é um dos mais elevados do COREDE Vale do Rio Pardo. Tanto o indicador IDESE, quanto o IDH-M, mostraram evolução nos períodos analisados, bem como em seus blocos integrantes. Destaca-se no IDESE a queda do indicador de saúde, que em 1991 foi de 0,827 passando para 0,814 em 2009, mesmo que sendo considerado de alto desenvolvimento; e no IDH-M a evolução da dimensão Longevidade (1991 – 0,692; 2010 – 0,848).
2. Boqueirão do Leão: mesmo com um dos menores valores de rendimento *per capita* dentre os municípios deste COREDE, todos os blocos analisados pelo IDESE e pelo IDH-M mostraram evolução positiva. O índice de analfabetismo do município é alto (10,8%), porém, o índice relativo à educação na composição do IDESE foi o que mais evoluiu no período 1991 - 2009, 0,695 e 0,831, respectivamente.
3. Candelária: o IDH-M do município em 1991 foi de 0,428, alcançando 0,674 em 2010. Ainda no que se refere a este indicador, destaca-se a dimensão Educação,

pois este mais que dobrou no período 1991 - 2010 (0,196 – 0,521, respectivamente).

4. Encruzilhada do Sul: ainda é o município com o menor rendimento *per capita* do COREDE (R\$ 11.093 em 2011), mesmo que tanto no IDH-M quanto no IDESE a dimensão renda tenha mostrado crescimento. Em contraposição à renda, o município possui o melhor índice para a dimensão Longevidade no IDH-M de 2010 (0,875).
5. Estrela Velha: possui um dos rendimentos *per capita* mais elevados dentre os municípios integrantes deste COREDE. Em todas as dimensões do IDH-M teve desempenho positivo no comparativo 1991-2010, destacando-se a dimensão Educação, cujo índice aumentou aproximadamente quatro vezes neste período. Se analisado o IDESE, percebe-se que o município deve ter suas políticas voltadas ao bloco Saneamento e Domicílios, pois, mesmo que este índice tenha crescido, encontra-se em nível de baixo desenvolvimento, atingindo o valor 0,062 em 2009.
6. General Câmara: obteve melhora tanto nos blocos do IDESE, quanto nas dimensões do IDH-M. Chamam a atenção por suas melhoras significativas a dimensão Educação do IDH-M (1991 – 0,249; 2010 – 0,552) e o bloco Saneamento e Domicílios do IDESE (1991 – 0,273; 2009 – 0,418).
7. Herveiras: o município apresentou nos indicadores gerais do IDESE e do IDH-M crescimento. Porém, o bloco saúde do IDESE caiu no período analisado (1991 - 0,870; 2010 - 0,867), mesmo que se mantendo em patamar de alto desenvolvimento. É um dos poucos municípios do COREDE com índice educacional no IDESE abaixo de 0,800, ou seja, de médio desenvolvimento, fato que se repete no IDH-M, ao obter o segundo menor indicador para o bloco Educação tanto em 1991, quanto em 2010, dentro do COREDE.
8. Ibarama: mesmo apresentando nível de alto desenvolvimento no bloco Saúde do IDESE, o município possui um dos maiores coeficientes de mortalidade infantil dentre os municípios integrante do COREDE. Diferentemente do bloco Saúde, o município, no bloco Saneamento e Domicílios registrou baixo desenvolvimento, ao obter o índice 0,081 em 2009.
9. Lagoa Bonita do Sul: participou da análise do IDESE pela primeira vez em 2001, pois se emancipou do município de Sobradinho somente em 1996. O município registrou em 2010 um coeficiente de mortalidade infantil elevado se comparado aos demais municípios do COREDE, merecendo a área da saúde certa atenção,

fato que é reforçado com a queda do desempenho deste município no bloco Saúde do IDESE (1991 – 0,844; 2009 – 0,832). Mesmo com um elevado nível de analfabetismo, a dimensão Educação do IDH-M quintuplicou no período 1991 – 2010 (0,105 e 0,539, respectivamente).

10. Mato Leitão: é um dos municípios com o maior rendimento *per capita* em 2011 dentre os integrantes deste COREDE, fato que reflete o bom desempenho na dimensão renda tanto do IDH-M, quanto do IDESE. Atingiu níveis de médio e alto desenvolvimento nos demais blocos, à exceção do bloco Saneamento e Domicílios do IDESE, em que obteve apenas 0,060 em 2009, sendo este o segundo pior desempenho neste bloco dentro do COREDE.
11. Pantano Grande: teve o segundo melhor desempenho no bloco Saneamento e Domicílios do IDESE em 2009 (0,539). Mesmo com uma das menores expectativas de vida ao nascer, registrou crescimento de 17,2% na dimensão Longevidade do IDH-M (1991 – 0,696; 2010 – 0,816).
12. Passa Sete: o município apresenta a maior taxa de analfabetismo dentro do COREDE, mesmo que apresentando taxas de crescimento positivas na dimensão Educação do IDH-M e do IDESE. Dentro do IDH-M, o menor índice foi o de Educação, enquanto no IDESE, no bloco Saneamento e Domicílios.
13. Passo do Sobrado: o município alcançou 0,631 no IDESE Geral de 2009. Seu melhor desempenho foi no bloco Educação (0,828), enquanto no bloco Saúde teve queda de 3,4% no indicador (1991 – 0,854; 2009 – 0,825). Quanto ao IDH-M, obteve 0,698 em 2010 no índice geral, e em contrapartida ao IDESE, o pior desempenho foi na dimensão Educação (0,551).
14. Rio Pardo: no que se refere ao IDESE, o bloco Educação foi o bloco com melhor índice, atingindo 0,818 em 2009. Já o coeficiente do bloco Saúde, caiu no período 1991-2009. No IDH-M, registrou crescimento significativo nas dimensões Longevidade e Renda (21,6% e 16,6%, respectivamente).
15. Santa Cruz do Sul: é o município mais populoso e com o maior rendimento *per capita* do COREDE. Além disso, destaca-se por ter obtido no IDESE e no IDH-M o maior indicador geral, ambos de médio desenvolvimento.
16. Segredo: o município registrou, na dimensão Renda do IDESE, o menor indicador dentro do COREDE. Mesmo com um indicador de baixo desenvolvimento no bloco Saneamento e Domicílios do IDESE, seu desempenho chama a atenção pela evolução alcançada (377,8% no comparativo 2009-1991).

17. Sinimbu: apresentou crescimento nos indicadores gerais (IDH-M e IDESE). Em 2009, no IDESE, seu maior índice foi no bloco Saúde (0,854), enquanto no IDH-M de 2010, na dimensão Longevidade (0,792).
18. Sobradinho: o município alcançou um dos melhores desempenhos no bloco Educação do IDESE, 0,869 em 2009, ou seja, alto desenvolvimento. O mesmo ocorreu no IDH-M, em que registrou o terceiro melhor indicador da dimensão Educação (0,647 em 2010) neste COREDE (os melhores desempenhos foram registrados pelos municípios de Santa Cruz do Sul e Mato Leitão).
19. Tunas: o município teve crescimento em todos os blocos analisados pelo IDH-M e pelo IDESE. Seu maior indicador no IDH-M foi na dimensão Longevidade (0,794), enquanto no IDESE foi no bloco Saúde (0,846).
20. Vale do Sol: mesmo com crescimento no indicador geral do IDESE, o município teve queda nos blocos Saúde e Educação. No IDH-M também registrou aumento em seu indicador Geral. Porém, preocupa o baixo desenvolvimento na dimensão Educação, o pior índice dentro do COREDE do qual faz parte.
21. Vale Verde: o município registrou um dos piores IDESEs Gerais dentro do COREDE no ano de 2009, e um dos piores IDH-Ms Gerais em 2010. Destaca-se o mau desempenho na dimensão Educação do IDH-M em 2010 (0,497).
22. Venâncio Aires: é o segundo município mais populoso deste COREDE. O bloco renda, tanto no IDH-M, quanto no IDESE, é um dos com melhor desempenho dentro do COREDE. Em três dos quatro blocos analisados no IDESE, possui índices de alto desenvolvimento (exceção fica com o bloco Saneamento e Domicílios, com baixo desenvolvimento).
23. Vera Cruz: o município teve crescimento no indicador geral do IDESE e do IDH-M. No IDH-M, a dimensão Longevidade foi a dimensão em que o município registrou o maior índice. Já no IDESE, destaca-se o bloco saúde, mas também o bloco Saneamento e Domicílios por sua melhora significativa (crescimento de 52,4% no período 1991-2009), e por ter em 2009 o maior coeficiente neste bloco dentro do COREDE.

Se feita uma análise geral dos resultados obtidos, a presença das disparidades é perceptível. Mesmo que tenha ocorrido uma evolução crescente dos indicadores ao longo das últimas décadas, no que se refere ao IDESE, o pior desempenho aparece no bloco Saneamento e Domicílios, ao passo que no IDH-M, os piores resultados são os do bloco Educação. Dentre

os municípios, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires destacam-se por seus bons indicadores. Em contrapartida, no IDESE, os municípios de Ibarama, Vale Verde e Lagoa Bonita do Sul chamam a atenção pelos baixos resultados. No IDH-M, Herveiras, Passa Sete e Vale do Sol apresentam os menores resultados. Ainda no IDH-M, a evolução mais significativa no bloco Geral foi a do município de Passa Sete, que apesar de apresentar um dos menores indicadores, teve crescimento de 107,3%. O resultado mais significativo, se feita a mesma análise para o IDESE, indica o município de Tunas, com a variação de 26,8% no bloco Geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do desenvolvimenro regional pressupõe a descentralização política, a fim de que as regiões tenham autonomia na tomada de decisões, no levantamento de demandas, e para que o governo estadual tenha uma aproximação, mesmo que aparente, com as diversas regiões do estado.

Um dos objetivos quando da insituição dos COREDEs era a redução das disparidades entre as diferentes regiões do estado, fato que se devia ao processo de colonização, à vegetação local, às atividades econômicas predominantes. Porém, o que tem se percebido é um distanciamento não apenas entre os núcleos regionais do estado, mas entre os municípios de cada COREDE. Isto é observável na análise feita do COREDE Vale do Rio Pardo, que apresentou extremos. De um lado, destacaram-se Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul, como polos de desenvolvimento do COREDE. Em contrapartida, chama a atenção por seu desempenho negativo, o município Encruzilhada do Sul, cujo PIB *per capita* equivale a um quarto do PIB per capita de Santa Cruz do Sul.

A partir das análises das diferentes dimensões do IDESE e do IDH-M, faz-se possível a proposição de estratégias de desenvolvimento conforme as áreas cujos resultados foram mais alarmantes. Neste sentido, no IDH-M aparece como destaque negativo o Bloco Educação, enquanto no IDESE, o Bloco Saneamento e Domicílios apresentou resultados preocupantes.

Quanto ao resultado do IDH-M, é evidente a necessidade de investimento na área da Educação, pois o índice de baixo desenvolvimento nesta dimensão acaba levando a um índice Geral menor. Por sua vez, um investimento de longo prazo na área da educação tende a elevar

a produtividade dos trabalhadores e da população em geral, o que impactará positivamente o índice de Renda média, segundo pior índice do COREDE.

Se observado o desempenho do IDESE, percebe-se que a área de saneamento e domicílios merece atenção dos executores das políticas públicas, pois os índices alcançados em 1991 e em 2009 são de baixo desenvolvimento. Se realizados os investimentos necessários nesta área, as consequências poderão ser sentidas nos demais blocos do IDESE (saúde, educação e conseqüentemente renda), alcançando o COREDE, como um todo, um melhor indicador Geral.

A diferença presente entre os indicadores econômicos dos municípios do COREDE implica na necessidade de um planejamento de ações que visem à redução dessas desigualdades. A adoção de iniciativas com o objetivo de diversificar a malha industrial da região e dispersá-la entre os municípios, criando um ambiente de crescimento equilibrado e homogêneo, seria uma proposta para o desenvolvimento e redução das desigualdades.

A adoção de políticas públicas nas áreas indicadas não significa, necessariamente, a melhora geral do COREDE. Devido à desigualdade presente entre os municípios, o direcionamento das políticas públicas, neste âmbito, também poderia ser dada a partir dos blocos de indicadores apresentados. A efetividade das políticas tanto em nível estadual, quanto municipal, depende também do acompanhamento da população, que através de sua função cidadã, traria sua contribuição ao desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Pedro Silveira. O Capital Social e a Atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, UFRGS, 2003. 365 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

BASSAN, Dilani Silveira. Desenvolvimento desigual na Região do Vale do Rio Pardo. 2002. 126 p. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. 2002.

CARGNIN, Antonio Paulo. A dimensão territorial no planejamento governamental brasileiro: avanços e limitações na elaboração dos Planos Plurianuais. Texto elaborado como contribuição ao I Seminário Reforma do Estado e Território: Integração Sul Americana e Gestão do Território. Porto Alegre, UFRGS/ POSGEA, nov. 2007.

COREDES. Pro-RS IV. Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul. Passo Fundo. Passografic, 2010.

COREDES. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_COREDEs.php>. Acesso em: 07 de Abril de 2014.

FEEDADOS. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp>. Acesso em: 07 de Nov. 2013.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNDU/ONU, 2010.

_____. Sítio <http://www.pnud.org.br>. PNDU / ONU, 2013.

SIEDENBERG, Dieter R. Condicionantes- Político Administrativos do Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul – A Experiência dos COREDES

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Ocupação e primeiros usos do território na região do Vale do Rio Pardo - RS: dos primeiros habitantes indígenas à apropriação militar dos campos de Rio Pardo. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 104 - 128, mai/ago. 2008. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/338/544>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Pequena produção mercantil, meio técnico e rede colonial: o processo de formação territorial do Vale do Rio Pardo-RS. Geosul, Florianópolis, v. 25, n. 50, p 59-81, jul./dez.2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/2177-5230.2010v26n50p59/19301>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; CAMPOS, Heleniza Ávila. Processos participativos em experiências recentes de planejamento regional: o caso do Vale do Rio Pardo (RS). REDES, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 203 – 216, jan/abr 2012. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/2687/1875>>. Acesso em: 10 abr. 2014

VIVAN, Miguel Gusberti. Análise das propostas de desenvolvimento para as regiões do Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo. 2010. 56 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010.